

Etnia e Identidades; Resistências, Abolição e Cidadania

Martha Abreu^{*}

Hebe Maria Mattos^{**}

Em mais de uma sessão do II Encontro de História da UFF, os processos sociais de construção de identidades estiveram no centro das discussões. Isto foi válido tanto para a mesa que especificamente tratou do tema (etnia e identidades), quanto para outras sessões, como as que discutiram questões relativas à temática da resistência escrava e da abolição. Martha Abreu e Hebe Maria Mattos elaboram, a seguir, um balanço crítico dos debates então travados.

Etnia e identidades (Martha Abreu)

Num encontro sobre “Sociedade e Escravidão” não poderia faltar uma discussão sobre etnias e identidades, em meio ao crescimento e diversificação das temáticas e abordagens da pesquisa histórica. Fizeram parte da mesa os seguintes professores: Martha Abreu (UFF - coordenadora), Gladys Sabina Ribeiro (UFF), Mariza Carvalho Soares (UFF), Marina Mello e Souza (UFF), Maria Inês Cortes de Oliveira (UFBa) e Marcus Carvalho (UFPe).

Preocupação bastante antiga dos fundadores da antropologia no Brasil, como Nina Rodrigues, Artur Ramos, Roger Bastide e diversos folcloristas (estes últimos os grandes construtores da idéia da existência de uma identidade cultural brasileira), pouca atenção, até recentemente, havia sido dada pelos historiadores às questões acerca das diferenças (e/ou aproximações) étnicas entre os escravos e de sua relação com a criação de identidades sociais, africanas ou não. Sem dúvida, este interesse está ligado ao aprofundamento de determinadas temáticas, como a família escrava, o protesto escravo e a organização de quilombos, que não poderiam mais avançar sem a necessária reflexão sobre os arranjos e/ou conflitos entre as diferentes etnias africanas, bem como entre elas e os escravos e libertos nascidos na terra. As clássicas e esquemáticas oposições de classe, escravos contra senhores, resistência e/ou dominação, não

^{*} Professora do Departamento de História da UFF.

^{**} Professora do Departamento de História da UFF.

eram mais suficientes para a compreensão de todos os matizes e dimensões das lutas sociais presentes na sociedade escravista.

Na historiografia brasileira, o redimensionamento destas reflexões esteve estreitamente associado à incorporação das questões apresentadas pelos historiadores da história social da cultura, que apontam para a perspectiva de que, apesar de todos os mecanismos de dominação e exploração, homens e mulheres são agentes de sua própria história e cultura. Neste sentido, em meio às políticas de controle e às práticas culturais e religiosas da sociedade escravista, antigos temas da pesquisa histórica assumem uma nova dimensão: a cultura é reinterpretada do ponto de vista de suas transformações, os grupos sociais são vistos como redes interligadas entre si, as identidades são repensadas como construídas (e até inventadas) e a vida social é analisada a partir de diferentes perspectivas (os laços familiares, a religiosidade, a vadiagem, a festa, a sexualidade e tantos outros temas da historiografia contemporânea).

Considerando que o estabelecimento de identidades é tido como uma construção historicamente determinada, a valorização das possíveis continuidades africanas, base importante para a criação de identidades, passa a ser vista como mais uma possibilidade, dentre outras. Se as heranças são constantemente redefinidas e recriadas com diferentes significados e sentidos cai por terra a defesa de uma pretensa pureza africana ou a existência de “sobrevivências” passivas do passado.

Esta mesa-redonda teve como objetivo principal apresentar, através de diferentes trabalhos de pesquisa, a complexidade desta temática que cruza etnias e identidades, assumindo uma perspectiva de problematização das diferentes abordagens, do ponto de vista político, sociocultural e religioso. Quais foram os caminhos e os sentidos de construção de identidades e solidariedades étnicas na experiência dos escravos nas diferentes regiões do Brasil? Como se construíram, a partir do desaparecimento ou da redefinição das diferenças étnicas, as identidades africanas e/ou panafricanas? Quais as possibilidades de formação de solidariedades sociais, de cunho mais classista, entre escravos, libertos e livres pobres?

Mariza Carvalho Soares e Maria Inês Cortes de Oliveira centralizaram suas exposições na questão da formação das identidades africanas no Brasil.

Mariza mostrou que a organização dos africanos pode resultar de rearranjos étnicos estabelecidos no próprio cativeiro. Segundo a expositora, a maioria dessas identidades estava baseada em categorias mais abrangentes (como os “angola” e “mina” do Rio de Janeiro) que reuniam, no seu interior, uma grande diversidade de grupos étnicos, como os reunidos numa devoção organizada por um grupo de minas-maki (na Bahia, ditos mahi).

Maria Inês apresentou uma primorosa reconstituição da formação da identidade nagô, na Bahia, ao longo do século XIX. Através da articulação entre diferentes etnias, redefinia-se o próprio sentido de ser nagô, assim como o de ser africano. A partir da análise do retorno de escravos iorubá para a cidade de Lagos, onde eram vistos não como africanos mas como “brasileiros”, mostrou ainda como esta identidade iorubá assumia diferentes conotações na Bahia e na Nigéria.

Marina de Mello e Souza e Martha Abreu discutiram a temática em questão a partir de manifestações culturais específicas: Marina apresentou uma análise sobre as coroações dos Reis Congos, ao longo do século XIX; e Martha, as músicas e danças de escravos e livres pobres no Rio de Janeiro, no mesmo período. Marina destacou como, gradativamente, as eleições e coroações de reis de diferentes nações foram se aglutinando e cedendo lugar às festividades de reis Congo, designação geral para um grupo de africanos e seus descendentes que se identificavam

como cristãos e súditos do Congo. Estas identidades, no Novo Mundo, revelavam a recriação de substratos culturais comuns aos grupos bantos da África Centro-Occidental.

A partir de relatos de viajantes e folcloristas, Martha demonstrou como as músicas e danças, no século XIX, poderiam revelar, por um lado, a recriação de tradições africanas, como os batuques, sempre vistos pelas autoridades como bárbaros e selvagens. Por outro lado, mostravam a existência de um enorme trânsito musical entre os mais variados gostos e estilos musicais (lundus, fandangos, chulas, fados, cateretês). Um trânsito que envolvia os próprios dançarinos e confundia escravos, africanos, libertos e livres pobres, complicando, sem dúvida, a existência de uma identidade étnico-musical exclusiva, negra e/ou africana.

Gladys Sabina Ribeiro e Marcus Carvalho, por sua vez, discutiram as possibilidades de participação dos escravos e libertos em movimentos políticos mais amplos: as lutas regionais em torno das crises ligadas à Independência. Neste sentido, procuraram identificar, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, respectivamente, os conflitos sociais e raciais que possibilitaram (ou não) a formação ou o reforço de identidades de classe e/ou étnicas. Gladys Ribeiro procurou ainda mostrar como os eventos relacionados à Abdicação estão dentro de um contexto de releitura da Independência. Neste momento, as divergências raciais e nacionais se entrecruzaram e os conflitos de rua se multiplicaram até pelo menos o Ato Adicional de 1834.

Resistências e Cidadania (Hebe Maria Mattos)

O II Encontro do Departamento de História da UFF, versando sobre os debates correntes na atual historiografia brasileira acerca do tema da escravidão, organizou-se a partir de mesas redondas voltadas para a discussão de diferentes questões formuladas pelo coordenador de cada mesa aos especialistas convidados a participar da sessão. Como professora do Departamento de História e pesquisadora no tema do encontro, participei de dois desses painéis de discussão, em um como coordenadora e no outro como especialista convidada. Coordenei a última mesa do encontro, voltada para o tema clássico da abolição do cativo e de seus significados políticos, econômicos e culturais. A questão proposta por mim aos debatedores sugeria que explorassem as relações entre abolição da escravidão e universalização de direitos civis no Brasil, na experiência dos próprios escravos e libertos, bem como do movimento abolicionista. Na mesa em que participei como debatedora, outro tema clássico era colocado em discussão: o da resistência escrava. A questão proposta pela coordenadora da mesa, Prof^a Magali Engel, pedia aos debatedores que comentassem sobre a atualidade historiográfica do confronto entre paradigmas conflitantes, opondo paternalismo e violência, nas interpretações históricas das formas e dos significados da resistência escrava nas Américas. Subjacentes às questões propostas ao debate estavam o 20 de novembro e o 13 de maio e seus significados políticos, ou, em outros termos, as relações entre a história da historiografia da escravidão e a construção de campos políticos e identitários, desde o século passado, na sociedade brasileira. É sob este ângulo que procurarei desenvolver aqui este pequeno comentário sobre os debates que aquelas duas sessões do II Encontro de História da UFF produziram.

Além de mim, Mário Maestri, Théó Lombardiñas e Flávio dos Santos Gomes, participaram da mesa sobre resistência escrava, coordenada por Magali Engel. Nela, coube especialmente a Mário Maestri defender a atualidade e centralidade da oposição “paternalismo e violência” nas interpretações históricas sobre a escravidão.

Segundo Maestri, que deixou por escrito com os coordenadores o conteúdo de sua intervenção:

Mesmo no contexto de uma multiplicidade de classes sociais, as sociedades articulam-se essencialmente a partir de oposições dualistas -

aldeões livres e mulheres e agregados, nas sociedades domésticas; trabalhadores escravizados e senhores e escravos, no escravismo patriarcal, pequeno-mercantil e mercantil; servos e senhores feudais, no feudalismo; burgueses e trabalhadores, no capitalismo. Devido a isso, as grandes contradições do passado, e, conseqüentemente, as grandes questões postas por ele, apresentam-se sob a forma de uma oposição dualista. (...) Oposição; acomodação; rebelião; submissão; acordos sistêmicos; etc. são sucessos históricos gerados pela oposição dualista que organizou o passado escravista e não fenômenos inventados pelos historiadores. É um paradoxo aparente o fato de que muitas das grandes interpretações atuais sobre o passado escravista apresentam-se já desenvolvidas, algumas vezes em forma semi-acabada, quando da escravidão e, sobretudo, durante o debate travado por abolicionistas e pró-escravistas. (...) Quando da polêmica de fins da década de 1860, José de Alencar e Castro Alves representaram magnificamente os dois polos extremos dessa polêmica. (...) Historiadores com o mesmo nível de conhecimento técnico e a mesma capacidade intelectual, ao analisarem um mesmo problema, a partir de uma mesma documentação, chegam naturalmente a conclusões opostas, quando suas concepções de mundo opõem-se. (...) Esses fenômenos não deve ser compreendido como falta de seriedade ou mistificação. Ainda que, em alguns casos, trate-se precisamente disso.

Deste modo, Maestri optou por uma intervenção que “ideologizava” as diferenças nas abordagens historiográficas e por não considerar os desafios mais recentes colocados pela pesquisa histórica, acentuando a atualidade de uma oposição fortemente questionada pelos demais participantes da mesa.

Em minha intervenção, em especial, enfatizei que entender historicamente as formas e possibilidades da resistência escrava à dominação senhorial implica, antes de tudo, em conhecer como os próprios cativos entendiam a si mesmos e à sociedade em que estavam compulsoriamente inseridos. Tratar a resistência escrava como questão histórica é entender como, quando, de que formas, com que significados, em busca de que objetivos ela acontece. É também entender como ela interage, transforma e produz o devir específico de cada sociedade escravista.

Muitos dos desafios recentes formulados pela pesquisa histórica sobre a resistência escrava foram produzidos pela originalidade do trabalho de pesquisa de Flávio Gomes sobre quilombos e quilombolas. Destacando em sua intervenção as relações de quilombolas com vendeiros e escravos “assenzalados” no Rio de Janeiro e dos quilombos das matas amazônicas com as populações indígenas, Flávio mais uma vez acentuou como a resistência quilombola só pode ser entendida quando se desvendam suas relações com a sociedade escravista abrangente e, *pour cause*, sua capacidade de interferir na desenrolar concreto do processo histórico.

Foi este desenrolar concreto do processo histórico, no que se refere ao processo de abolição da escravidão e de reelaboração das relações sociais no período pós-emancipação no Brasil, que esteve no centro dos debates na mesa que coordenei sobre abolição e cidadania. Participaram da mesa Ismênia de Lima Martins, Eduardo Silva, Célia Marinho Azevedo, Christiane Laidler e Marco Antônio Pamplona.

Christiane Laidler e Eduardo Silva puseram em relevo a importância de se pensar o papel político da população afro-descendente livre no Brasil monárquico para entendermos as concepções então vigentes sobre escravidão e cidadania. Christiane abordou a questão através da discussão dos pasquins que se propunham falar em nome da população mestiça no período

regencial. Pasquins de sugestivos títulos - como *O Mulato*, *O Homem de Cor* - e de sugestivas proposições - como “não há mais que homens livres e escravos”. Eduardo Silva brindou a audiência com as originais e anti-racistas idéias de Rei Obá II d’África, no momento em que o seu livro com a biografia do personagem acabara de sair em português.

Célia Azevedo e Marco Antônio Pamplona destacaram as diferenças do processo abolicionista no Brasil e nos Estados Unidos, buscando entender as razões da ausência de uma abolicionismo que se considerasse negro por aqui e de um abolicionismo, mesmo que limitado, que se desenvolvesse no interior da sociedade escravista por lá.

Em todas as falas, a percepção de que a abolição da escravidão no século passado significou bem mais que uma questão de “transformação do trabalho”, mas também, e fundamentalmente, a questão da extensão de direitos civis aos homens e mulheres escravizados. As limitações ao exercício desses direitos impostas pela pobreza e pelo racismo só podem ser percebidas quando, antes, pelo menos juridicamente, aqueles direitos são universalmente assegurados.

Com isto em mente, em minha intervenção e na fala de encerramento do seminário da Prof^a . Ismênia Martins, a inserção social dos últimos escravos brasileiros após a abolição, bem como os processos de construção de identidades dos afro-descendentes no Brasil Republicano, em suas relações com a memória do cativo, estiveram no centro das considerações e, depois, também dos debates.